

O ECHO DO RIO,

Jornal Politico e Litterario.

Parcite verbis.

HORAT. AD ROM.



Publica-se as quartas feiras e sabbados, na typ. Imparcial de F. de Paula Brito, praça da Constituição n. 64, onde se subscreve a 4.000 réis por semestre, pagos adiantados, e vendem-se números avulsos a 80 réis, nas lojas do costume.

O ECHO DO RIO.

E ainda os negocios do sul chamam nossa attenção: ainda sobre elles chamamos a attenção do governo. Pelas noticias, que se tem recebido ultimamente sabe-se, que Fructo Rivera continúa a entreter intimas relações de amizade com o seu amigo Bento Gonsalves, e o favorece do modo que pôde, fornecendo-lhe armas e munições. Se algum dia teve applicação a regra de que os Estados limitrofes são sempre inimigos, nunca o teve mais exacta do que a respeito da Cisplatina para comnosco. Oribe foi nosso inimigo, e ainda não é nosso amigo; Fructo é inimigo de Oribe; e todavia Fructo é nosso inimigo! Se dissessemos, que Fructo se achava á frente de uma potencia respeitavel, que tinha poderosos exercitos, grandes esquadras, e muito dinheiro, não fôra de admirar: porém Fructo vê extinctos quasi todos os seus recursos, e ainda assim conserva relações com os rebeldes do Rio Grande, não podendo desconhecer, que commette um attentado, e que so a guerra civil, que assola a Cisplatina, e a guerra com Buenos-Ayres são talvez quem tenha embaraçado o imperio, de lhe fazer algumas perguntas serias a respeito: mas a restricta neutralidade, que o gabinete imperial tem querido guardar nos negocios alheios, o tem embargado de o fazer, e certamente com quebra de interesses.

Ha tempos, por esta mesma folha apresentamos uma ideia, e vem a ser, que talvez os inglezes andassem envolvidos neste negocio: talvez quizessem trazer Rosas a Montevideo, a fim de nos fazer comprar caramente a execução do tratado de 1823, de que foi garante a Inglaterra. Nossa ideia passou despercebida: e todavia, cada vez temos mais motivos para suppor, que pensavamos então e ainda hoje pensamos o que na realidade é. O gabinete de S. James vendo a indisposição, que geralmente havia no Brasil contra a ideia de um tratado, e vendo que fructo nem-um tinha tirado da missão do Sr. Ellis, (quanto á nós) procura collocar-nos em embarços: e para isso, serve-se do estado de commoção, em que se acha o Rio Grande, e da guerra

entre os Estados cisplatino e argentino. Ao Brasil não convém por modo algum a reunião desses dous Estados: os Inglezes o sabem; e por outro lado convém acabar de uma vez com uma guerra, que ha tantos annos assola uma de nossas principaes provincias: o Brasil tem um tratado com Montevideo e Buenos-Ayres sob a garantia da Inglaterra, por cuja execução literal deve pugnar por interesse e por dignidade. Eis o calculo inglez: collocar o Brasil em posição de exigir a execução do tratado de 1823, e fazer-lhe comprar caro essa execução.

Esta nossa ideia nos parece ter tanto maior gráo de verdade, que geralmente por ali se diz, que os Inglezes desta parte tratam de favorecer quanto podem, a candidatura do Sr. Saturnino á senatoria, por que esperam, que entrando elle em lista triplíce, possa ser escolhido; e nesse caso haver uma crise ministerial, na qual ganhariam muito: ganhariam por que sahiria do ministerio o Sr. Honorio, que regeitou as propostas do Sr. Ellis, e sahiriam os ministros seus, companheiros; ganhariam, por que poderia para o novo gabinete entrar o Sr. Aureliano, o Sr. Lopes Gama, e o Sr. Saturnino, que não são avessos á ideia do tratado, antes o julgam muito conveniente. Não sabemos até que ponto é exacta a ideia da protecção ingleza ao Sr. Saturnino; mas não temos duvida nem-uma em admittir a sua probabilidade. A emancipação do Brasil daria um golpe funesto á Inglaterra; tirar-lhe-ia o maior mercado, que ella tem hoje para lhe consumir suas produções; e quando milhares de inglezes se queixam de falta de trabalho, e morrem de fome, quando suas fabricas e armazens estão cheios de fazendas, que não acham compradores, não é então que a Inglaterra pôde abandonar a ideia de um tratado, não qualquer, mas tratado vantajoso, que lhe assegure vantagens reacs.

Para que qualquer possa bem prever o que outrem tem de fazer, é identificar-se com as suas circumstancias. Ora, as circumstancias da Inglaterra são criticas: em resumo reduzem-se a miseria, miseria, miseria, por falta de trabalho. E' preciso occupar tantos desgraçados. E tanto mais, que a aris-

toocracia ingleza se vê muito e muito ameaçada. Os pobres vêem junto a si não só muitos ricos, porém grandissimas propriedades ruraes, que divididas podem dar de comer a muita gente, e muitas das quaes são hoje objecto de mero luxo; e por isso a Inglaterra se acha ameaçada de uma insurreição dos pobres contra os ricos, isto é, da peor peste, que pôde entrar em uma nação. E'-lhe preciso cuidado. E este cuidado não pôde ser outro se não occupar as classes pobres; e ou se hão de occupar na agricultura, ou na industria; para se occuparem na agricultura, seria preciso, que os grandes proprietarios abandonassem grande parte de suas propriedades ruraes, o que só farão quando a isso forem constrangidos; para se occuparem na industria, é preciso, que os productos desta achem consumidores.

Ora, o Brasil é um mercado povoado e rico; outro igual não o acham; e de mais já os Inglezes estão costumados ao commercio com nosco; um tratado pois entre a Inglaterra e o Brasil, é para os Inglezes objecto de primeira necessidade.

E' para este objecto, que chamamos a attenção de todos. Convem tratar com a Inglaterra? é possível fazel-o, sem que se sacrifiquem nossos interesses? Trate-se, e então trate-se já: não nos estejamos sacrificando mais; trate-se não como exigir o bem dos Inglezes, mas como exigir o bem dos Brasileiros. Não convém tratar com os Inglezes? não se trate, mas então olho vivo: cuidado com elles; cuidado com o que se passa no imperio e fóra do Imperio.

Fóra do Imperio é muito significativo o facto do reconhecimento do bloqueio de Montevideo. Note-se. Purvis, commandante das forças inglezas, não reconhece o bloqueio, provavelmente havia de ter instrucções; os Inglezes reconhecem o bloqueio, e conservam Purvis no commando das forças; este facto para nós é muito significativo; quer dizer o reconhecimento do bloqueio é uma medida de conveniencia. Se se tratasse de uma medida de justiça, Purvis devia ser retirado, pois tinha commettido erro, e manifestado opinião contraria á do gabinete; mas sendo medida de conveniencia, bem pôde ser o seu executor, sem que d'ahi provenha o mais pequeno inconveniente.

No imperio, os Inglezes tomam parte em uma questão, que pôde trazer consigo uma crise ministerial.

Sim; se o Sr. Saturnino, conseguir entrar na lista triplice, ficará habilitado para ser escolhido; e isso poderá fazer com que os ministros actuaes se retirem do poder; por que os ministros actuaes regeitaram as propostas do Sr. Ellis, nem estão resolvidos a tratar como convier aos Inglezes, e só como convier ao Brasil.

Os insultos que os representantes de Buenos-Ayres nos dirigiram em plena sessão, as correspondencias entre Bento Gonsalves e Rivera, acham

assim facil explicação. A candidatura do Sr. Saturnino apenas um mez depois que declarára não querer ser deputado provincial nem geral, por que taes lugares se não procuram com a mira no bem do paiz, tambem assim pôde ser explicada.

QUESTÃO DE BUENOS-AYRES.

(Continuação do numero antecedente.)

E' tão estranha a maneira de argumentar do contemporaneo, tão imparcial é, que chega a proferir estas palavras: — *a imprensa brasileira obrará conscienciosamente toda a vez, que tomar a defeza de um governo estranho, e sem animo de insensar seu orgulho.* — De modo, que a imprensa brasileira não obrará conscienciosamente, todas as vezes, que censurar o procedimento de um governo estranho: é só quando tomar a sua defeza! O padrão é na realidade muito curto, e duvidamos, que qualquer dos nossos collegas no jornalismo se queiram medir por elle. Os direitos da imprensa brasileira, são os direitos de todas as imprensas do mundo: são todos os que lhe dão as leis do seu paiz. Por nossa parte, não temos feito mimos a Rosas, assim como os não temos feito nem a Fructo, nem a Oribe; por que somos Brasileiro, e não podemos fazer mimos a quem julgamos, que os não merece do Brasil. Oribe e Fructo, pela maneira por que procederam nos negocios do Rio Grande: Rosas, pelo grosseiro insulto, que nos dirigiu. Temos feito muitas considerações sobre os negocios do sul, e naturalmente vai envolvido o nome desses tres individuos, e a cada um damos o que supomos, que merece, sempre em relação a nossos negocios, e nunca em relação aos negocios estranhos. Que nos importa a nós como se hade chamar o presidente da Cisplatina: O que queremos é, Cisplatina independente de facto e de direito; e nossa fronteira meridional segura.

Ha ahi no artigo, a que respondemos, uma imputação, que não sabemos a que a devamos, e que supomos filha sómente da generosidade do contemporaneo. Querendo encarregar-nos de redigir a carta da liberdade da republica argentina, nos suppõe capaz de fazer um codigo da tyrannia mais espantosa; e que no imperio não somos muito entusiasta pelas liberdades nacionaes: e tudó isto, porque dissemos, que em Buenos-Ayres ha despotismo. O contemporaneo zomba de nós, e do Brasil, e do mundo inteiro, quando assevera, que em Buenos-Ayres não ha despotismo. Não são os nomes, que fazem as cousas: Rosas, não se chama rei, imperador, autocrata, sultão: mas nem por isso exerce menos poderes, que os do imperador de Constantinopla: cremos muito piamente, que exerce mais. Nunca seremos capaz de redigir o codigo da liberdade de nação alguma; mas se o fizessemos, haviamos de incluir nelle um artigo, que sempre julgamos essencialissimo: e é, que a nação para ser respeitada das mais, começaria por a todas tratar com o

maior respeito. E este artigo, muito especialmente incluíamos no código da liberdade da nação Argentina. Mas em que temos nós deixado de mostrar entusiasmo pelas liberdades nacionaes? *Perdoalhe, Senhor, que não sabe o homem o que diz.* Qual é o artigo de nossa folha, em que tenhamos combatido a liberdade? O que é liberdade? qual é o limite da liberdade? O contemporaneo ou não tem lido o ECHO, ou não está habilitado para entrar nesta discussão. O contemporaneo diz, que a organização nacional argentina, não se pôde desenvolver entre as convulsões da guerra; e queixa-se por que dizemos, que em Buenos-Ayres ha despotismo! Quem é que lhe fallou em governo paternal em Montevideo? O ECHO DO RIO? governo paternal nas republicas, que fallam a lingua hespanhola? A tanto não chega o nosso pouco saber.

O capitulo do bloqueio, é mais longamente tratado; mas, por isso mesmo, ainda com mais futilidade. Uma nação em guerra com outra, tem direito de bloquear portos, mas hade fazer effectivo esse bloqueio: não basta declaral-o em uma folha de papel: e é um bloqueio, que embarace a entrada das embarcações de todas as nações: logo que se permittir a umas, tem de se permittir ás outras, menos as em guerra. Rosas declara um bloqueio parcial: o commandante das forças navaes inglezas não lh'o reconhece; Rosas consente, e faz retirar suas forças; o governo inglez manda reconhecer este bloqueio; é uma concessão que faz a Rosas; é bloqueio de convenção. E por ventura está o Brasil, ou qualquer outra nação, obrigada por esta convenção? não: só os convencionantes. O Sr. Sinimbu errou, por que tinha instrucções, que lhe ordenavam o reconhecimento; mas não errou quando julgou, que o bloqueio não era dos reconhecidos em direito das gentes.

Quanto á visita feita pelos vasos neutros, que o contemporaneo tanto se affadiga por mostrar, que é um favor, é uma verdadeira vexação. Nos bloqueios não ha visitas: o bloqueante apresenta forças para repellar a tiro de canhão aquelle, que quer forçar a entrada, e para delle fazer presa, depois que o bloqueio foi devidamente intimado: mas nunca foi licito aos bloqueantes visitar navios. Diz o contemporaneo, que o direito de visita podia ser exercido pelas forças navaes de Rosas: nunca se o fizesse, alguém lhe tomaria contas. Hoje ha visita pelos proprios nacionaes, por convenção, por consentimento: exemplo, que pôde ser bem funesto para o futuro. Por nossa parte declaramos, que não temos, que lhe agradecer. Se tem forças, intime o bloqueio; bloqueio geral: faça-o com todo o rigor: se as nações reconhecerem, que a guerra é feita de potencia a potencia, certamente lh'o hão de reconhecer. Mas, fazer um bloqueio parcial, para ter o gosto de visitar os navios, é especie nova; e fraqueza é imperdoavel das nações, que o reconheceram; e exemplo funestissimo; e o gabinete de S. Chris-

tovao só o reconheceu, por que o viu reconhecido pelas outras potencias, e não quiz, que se lhe supozesse a mais pequenina mostra de parcialidade neste negocio, quiz dar prova de perfeita neutralidade, ainda com quebra de nossos direitos. O conceito em que temos o gabinete, nol-o faz presumir.
(*Continúa.*)

O SR. GALVÃO.

Novo communicado apparece no *Diario do Rio* elogiando o Sr. Galvão, e declarando-o capaz e muito capaz de ser senador do imperio *pelos seus relevantes serviços.* Deixando contestações de dizer tu, direi eu, rogamos ao autor do artigo, que nos declare, que serviços são esses.

O Sr. Galvão é antigo magistrado: queremos saber, que serviço relevante fez nessa carreira: que outro serviço tem mais do que o de dar de longe em longe a sua sentença.

O Sr. Galvão foi presidente de provincia: queremos saber que serviço importante ahi fez além do simples expediente: quaes foram os melhoramentos, de que foi autor.

O Sr. Galvão foi diplomata em Londres: queremos saber, o que fez em quanto ahi esteve: quaes foram os negocios importantes, que ultimou, ou que pelo menos levou a bom caminho.

O Sr. Galvão foi ministro do imperio: queremos saber, quaes foram os serviços, que prestou nessa repartição; qual é o logar do imperio, que lhe deve um melhoramento por pequeno, que seja: em fim, o que fez a bem da assignatura do expediente da secretaria.

O Sr. Galvão é deputado: queremos saber, que projecto luminoso, em que discussão importante entrou o Sr. Galvão, que fizesse decidir a votação: qual é a lei, que deixou de passar: ou qual a que foi approvada pelas luzes, que o Sr. Galvão dêsse á materia.

Todo o cidadão lá tem occasião de uma ou outra vez prestar um serviço relevante ao seu paiz: queremos saber, qual é o que tem prestado o Sr. Galvão.

Todos os dias se falla em serviços: é preciso saber, que serviços são. O Sr. Galvão não tem outros mais, que os muito ordinarios dos empregos, que tem servido, e pelos quaes tem recebido bons ordenados. E, na sessão que findou, na camara dos deputados se apresentou jurisconsulto ignorante, proferindo as maiores blasfemias, que na sciencia se podem proferir. Será por isso, que merece a cadeira senatoria? Conservador o Sr. Galvão! o homem que quer a paz no Rio Grande seja como fôr.

AS GRAÇAS.

Ha por ahi queixozos, de que no dia natalicio de S. M., se não distribuisssem graças na forma do costume: quanto a nós, entendemos, que é esse um dos actos, que elogios merece ao ministerio. Cuidamos bem, que ellas não foram feitas em razão de estar S. M. na Taquára; e

sendo provavelmente muitos os pretendentes, e não havendo tempo para discutir o merecimento de cada um, se se havia de correr o risco de premiar os menos dignos, deixando esquecidos os mais dignos, entendemos, que assim foi melhor. Mas outra razão temos cá para nós, pela qual julgamos essa omissão, antes digna de elogio.

Estimamos muito, que o gabinete diffulte a concessão de graças: é um meio de as fazer valer; se se derem a torto e a direito, nem serão avaliadas em cousa alguma, nem serão mais pretendidas. Quando um cidadão for visto com uma condecoração, é necessario, que os mais fiquem logo certos, de que tem elle prestado serviços ao Estado, e que nunca se fique em duvida, se o bem mereceu ou não. Se o gabinete de julho não começasse por fazer condes, não veríamos alguém ficar todo arrufado com o titulo de barão; e de algum modo com razão; por que esses condes tinham muito menos serviços.

As graças, são a moeda principal da monarchia, e feliz o tempo, em que ellas servem para pagar serviços. Antigamente o cidadão, que chegava a ter o seu habito de Christo com os seus doze mil réis de tença annual, julgava-se por demasiado neste pago, e passava de cabeca alta por entre os mais: cavalleiro da ordem de Christo, (ou de qualquer outra) era um titulo pomposo: hoje torce-se o nariz a uma commenda: querem-se penções e pensões de muitos mil cruzados. E o diffundido thesouro sobrecarregado de despezas, ainda fazendo mais essas. Chegando a esta côrte um homem, que acabava de ser governador da India, o Sr. D. João, então principe regente, querendo honral-o, ao entrar elle na sala do doce, deu dous passos, como, que dirigia-se para elle: o homem prostrou-se no chão, e taes palavras proferiu, que mostrou estar muito mais, que pago de quanto havia feito. Hoje cremos, que nem que o abraçasse, ficaria o homem contente: quereria logo posto de accessão, condecorações, titulos e tenças. As condecorações, e mais graças no governo monarchico, são uma grande moeda: é preciso não barateal-a: é preciso tal-a para poder servir nas occasiões.

ANCORAGEM.

Temos ouvido algumas pessoas queixar-se pelo augmento no imposto de ancoragem: a acreditadas (e muitos homens sisudos são os taes pregadores) nosso commercio está completamente aniquilado; os estrangeiros vão fugir dos nossos portos, como o diabo da cruz: para o anno não teremos ahi um só navio para nos levar o nosso café, ao mesmo tempo, que teremos de pagar por preço excessivo os generos de importação. Vejamos, que valor tem estas queixas.

Quasi todo o commercio é hoje feito em pequenos navios de cem a duzentas toneladas; poucos de duzentas a trezentas; muito poucos de mais de trezentas. Tomemos porêem um navio de 300 toneladas; pôde demorar-se no porto 30 dias; mas demos ainda, que se demora 50. Pelo tempo, que mais se demorar nada paga, como todos sabem. O imposto da ancoragem foi elevado a 200 rs. por cada tonelada por dia, pois que até agora só pagava 30 rs., e hoje se paga 50 rs. Um navio de 300 toneladas pagava por dia 9\$000 rs., e hoje paga 15\$: isto é; em 50 dias pagava 450\$000 réis, e hoje pagará 750\$000, ou uma differença de 300\$000; os quaes divididos pelas 300 toneladas, dão 1\$ por cada tonelada, ou o que vale o mesmo, menos de 15 rs. por arroba; sendo o imposto total da ancoragem 35 rs. por arroba. E este

imposto diminuirá tanto quanto diminuir a demora do navio no porto; e por consequencia, tanto quanto menor fôr o navio, por que mais de pressa se aviara. Eis aqui o grande imposto, que deve dar cabo do commercio.

O que talvez se devera ter feito, era equiparar aos navios em lastro, aquelles que só trouxessem carvão, pois que ainda o não temos brasileiro.

Adverta-se, que fizemos o calculo só pela importação; se se repartir tambem pela exportação, como se deve fazer, então o imposto será só de metade.

CONHECIMENTOS UTEIS.

CURA DE LEPROSA.

Annuncia a *Revista Universal Lisbonense*, que na cidade do Porto, rua Bella da Princeza, existe um individuo de nome José da Silva, o qual cura completamente a elefancia, seja qual fôr o auge, a que tenha chegado. Quando não tem havido perda de alguma parte de membros ou de orgãos, fica o doente sem signal algum de ter padecido esta molestia, a voz torna em muito poucos dias ao seu natural; apenas fica por muito poucos dias a pelle roxa nos sitios, em que houver feridas, e algum tanto aspera. O tempo necessario para o curativo é de 30 a 60 dias, conforme o estado a que chegou a molestia. Nos primeiros dias da cura, a molestia desenvolve-se com uma força espantosa, que assusta os doentes, não obstante terem sido prevenidos, mas depois as melhoras são visiveis de dia para dia. Mais de 50, que se tem sujeitado ao tormentoso curativo, tem ficado completamente curados. Ha um anno, que se fazem estes curativos, ainda não houve o menor indicio de repetição da molestia, nem mesmo n'aquelles, que tem tido depois um viver pouco regular, até fazendo excessivo uso das bebidas espirituosas.

O sujeito, que faz estes curativos, está prompto a revelar os meios de que se serve, e mesmo a tratar em hospitaes, mediante alguma recompensa, pois diz ser hoje o seu unico meio de vida.

E' de presumir, que o governo portuguez mande fazer as indagações necessarias, e tome a respeito alguma medida, se com effeito fôr exacta a noticia, pois não perderá esta occasiao, de fazer um grande beneficio á humanidade. O Brasil tambem não deveria saber esta noticia com indifferença. A elefancia é muito vulgar entre nós, sobre tudo, para as provincias do interior: um meio de a curar, não só seria um beneficio á humanidade em geral para extinguir uma de suas maiores miserias, como em particular ao paiz, que aproveitaria muitos de seus filhos, que ahi vivem na desgraça, e aos quaes, só uma perfeita resignação com a vontade da Providencia, pôde fazer supportar a vida. A *Revista* affiança a probidade da pessoa, que lhe transmittiu a noticia.